ESALQ
USP

UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA
LA MOLINA

ACORDO ACADÊMICO PARA MOBILIDADE INTERNACIONAL

Convênio celebrado entre a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, no interesse da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Brasil), e a UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA (PERU), com o objetivo de cooperação acadêmica para intercâmbio de estudantes, professores/pesquisadores e pessoal administrativo.

Por meio deste acordo, por um lado a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**, no interesse da **Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ)**, com endereço na Av. Pádua Dias, 11, Piracicaba - SP, Brasil, representada por sua diretora, Profa. Thais Maria Ferreira de Souza Vieira, e por outro lado, a **UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA (UNALM)**, com RUC N° 20147897406, com endereço legal na Avenida La Molina s/n, distrito de La Molina, província e departamento de Lima, Peru; devidamente representado neste ato pelo seu Reitor, Dr. Américo Guevara Pérez, identificado com o DNI nº 10538747, designado pela Resolução nº 001-2021-AU-UNALM de 23 de fevereiro de 2021, concordaram em firmar este acordo com os termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objetivo deste acordo é a cooperação acadêmica em áreas de interesse comum, a fim de promover o intercâmbio de professores/pesquisadores, estudantes de graduação, pós-graduação e funcionários administrativos das respectivas instituições.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETIVOS E FORMA DE COOPERAÇÃO

Formas de cooperação no intercâmbio de:

2.1. Professores/pesquisadores:

2.1.1. Professores/pesquisadores visitantes participarão de palestras, ensino e/ou pesquisa. A duração da estadia não deve exceder um ano letivo (dois semestres).

2.1.2. Seguro de saúde, seguro de acidentes, seguro de repatriamento, entre outros, devem ser geridos pelo professor/investigador no país de origem.

2.1.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem durante o período do intercâmbio. Para professores/pesquisadores da **UNALM**, será realizado de acordo com as disposições e regulamentos da instituição.

2.1.4. Os candidatos propostos deverão atender aos requisitos da instituição anfitriã para

serem aceitos e receberem sua aprovação por meio de carta de aceitação.

2.1.5. O docente não se torna funcionário da instituição anfitriã.

2.1.6. Todas as nomeações e autorizações que os docentes/investigadores da **UNALM** solicitarem estarão sujeitas aos procedimentos ordinários existentes na instituição.

2.1.7. O intercâmbio de professores/pesquisadores da **UNALM** será avaliado em cada caso específico, seguindo a regulamentação e normas internas vigentes, sem prejuízo das obrigações acadêmicas dos participantes.

2.2. Estudantes de Graduação e Pós-Graduação:

2.2.1. Os estudantes serão indicados pela instituição de origem com base na excelência acadêmica. A aceitação será de responsabilidade da instituição receptora.

2.2.2. Os estudantes aceitos pela instituição receptora serão considerados estudantes do programa de intercâmbio e estarão sujeitos a toda a regulamentação da instituição receptora, devendo observar as mesmas condições dos estudantes regulares.

2.2.3. Os estudantes participantes do programa de intercâmbio deverão ser incentivados a desenvolver conhecimentos do idioma do país da instituição receptora, compatível com a atividade que será desenvolvida.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um programa desenvolvido em conjunto entre as duas instituições.

2.2.5. A duração da estadia não deve exceder um ano letivo (dois semestres).

2.2.6. Coorientação de teses de graduação e pós-graduação; sendo cada universidade orientadora dos estudantes de tese da sua própria universidade e a contraparte como coorientadora, estas deverão ser objeto de documento específico que será assinado entre as **PARTES** interessadas.

2.2.7. As instituições determinarão, de comum acordo, o número de estudantes para intercâmbio.

2.2.8. Seguros de saúde, acidentes e repatriação, entre outros, deverão ser contratados pelo aluno no país de origem, antes de chegar à instituição receptora.

2.3. Pessoal administrativo:

2.3.1. Com o interesse de estimular a troca de experiências e conhecimentos administrativos em áreas de interesse comum, as instituições poderão indicar funcionários administrativos para participar do programa.

2.3.2. Os seguros de saúde, acidentes e repatriação, entre outros, deverão ser geridos pelo interessado no país de origem.

2.3.3. As atividades desenvolvidas durante o período de intercâmbio deverão estar de acordo com a atuação profissional na instituição de origem, que ao final da experiência de intercâmbio elaborará um relatório que será entregue às instituições receptoras e de origem; e, por sua vez, você deve replicar o que aprendeu. A suspensão do contrato torna nula a experiência de troca, além disso a entidade poderá exigir o retorno do pessoal administrativo seja por situação de necessidade ou outro motivo, não sendo necessário manifestar a causa.

2.3.4. Os salários serão pagos pela instituição de origem. Para o pessoal administrativo da **UNALM**, será realizado de acordo com as disposições e regulamentos da instituição.

2.3.5. A troca de pessoal administrativo da **UNALM** estará sujeita à avaliação de cada caso específico, seguindo a regulamentação vigente e cumprindo os requisitos estabelecidos no "Regulamento de Controle de Presença, Pontualidade e Permanência de Funcionários Não Docentes e Trabalhadores da **UNALM**", bem como suas alterações. Da mesma forma, o pessoal administrativo que poderá participar deste Acordo será aquele vinculado às atividades de pesquisa, pois este tipo de intercâmbio deverá estar alinhado com as atividades propostas na cláusula primeira deste Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – APOIO FINANCEIRO

3.1. Os professores participantes do intercâmbio não pagarão taxas à instituição receptora. As demais despesas (viagens, hospedagem, etc.) serão de responsabilidade do interessado, que poderá buscar financiamento junto a órgãos externos.

3.2. Os estudantes participantes no intercâmbio deverão pagar as taxas acadêmicas, quando existentes, na sua instituição de origem. Outras despesas (viagens, hospedagem, etc.) poderão ser financiadas por entidades externas ou serão suportadas pelo próprio estudante. A existência do acordo não implica um compromisso de apoio financeiro por parte das instituições.

3.3. No caso de intercâmbio de pessoal administrativo, as despesas serão custeadas pela instituição de origem, desde que haja disponibilidade financeira para tal. No caso da **UNALM**, as disposições aplicáveis seguirão o estabelecido na seção 3.4.

3.4. Docentes/pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e funcionários administrativos da **UNALM** que participarem de intercâmbio (mobilidade, estágio e/ou estadias acadêmicas, de pesquisa e de permanência que promovam a troca de experiências) seguirão os requisitos de situação imigratória do país de origem. instituição receptora. Da mesma forma, serão responsáveis pelos custos associados ao intercâmbio resultante deste convênio (manutenção, alojamento, transporte, seguros, materiais, procedimentos administrativos, entre outros).

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. As duas instituições procurarão alcançar a reciprocidade nas atividades contempladas por este convênio.

4.2. Ao final da estadia do estudante, a instituição receptora enviará documento oficial ao órgão competente da instituição de origem, especificando as atividades realizadas e a avaliação recebida, quando for o caso.

4.3. A instituição de origem, de acordo com suas disposições e diretrizes internas, reconhecerá os resultados acadêmicos obtidos pelo estudante na instituição receptora, com base em um programa de trabalho previamente acordado entre as duas instituições e em seus créditos e/ou carga horária.

4.4. As duas instituições estão empenhadas em promover a integração dos estudantes na vida acadêmica da instituição receptora.

4.5. A instituição receptora deverá fornecer as condições de pesquisa e o local adequado para a atuação do professor/pesquisador visitante, na medida de suas possibilidades.

4.6. A instituição receptora deverá oferecer condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades do pessoal administrativo, na medida de suas possibilidades.

4.7. As PARTES ficam autorizadas a celebrar acordos específicos, aditivos e outros para o desenvolvimento de planos, projetos e programas. O documento indicará a descrição e os objetivos dos planos, projetos e programas a serem desenvolvidos, especificando os órgãos executores, os recursos técnicos, financeiros e humanos, os procedimentos e diretrizes gerais para sua execução, os prazos e as obrigações das **PARTES**, entre outros.

CLÁUSULA QUINTA – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE TRABALHO

5.1. O presente convênio não gera qualquer vínculo empregatício entre as **PARTES**, portanto os funcionários docentes, administrativos e/ou discentes que as **PARTES** cederem para a execução e desenvolvimento das atividades do contrato, manterão seu vínculo e relação trabalhista com a instituição de ensino dos quais dependem.

5.2. Em virtude desta Cláusula, fica expressamente estipulado que este instrumento não vincula solidariamente as instituições presentes em tudo o que derivar das suas relações e obrigações trabalhistas específicas.

CLÁUSULA SEXTA – COORDENAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Para constituir a coordenação técnica e administrativa deste acordo, são indicados pela **Esalq/USP**, Luciana Duque Silva, Departamento de Ciências Florestais, e para a **UNALM**, o diretor do Gabinete de Gestão Interinstitucional (OGI) ou quem for designado, enviar email para:ogi@lamolina.edu.pe.

6.2. A referida Coordenação será responsável por encontrar soluções e encaminhar questões acadêmicas e administrativas que surgirem durante a vigência deste acordo, bem como supervisionar as atividades.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

Este acordo terá vigência pelo prazo de **05 (cinco) anos**, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as **PARTES**, podendo ser renovado de comum acordo entre as **PARTES**, mediante comunicação escrita enviada à outra parte, com 03 (três) meses de antecedência de seu vencimento original ou de qualquer uma de suas prorrogações.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

Este acordo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das **PARTES**, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. Caso haja pendências, as **PARTES** definirão, através de Termo de Rescisão de Contrato,as responsabilidades pelo encerramento de cada um dos programas afetados pela rescisão, e todas as demais pendências, as atividades em andamento a serem continuadas até conclusão.

CLÁUSULA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam surgir na celebração e interpretação deste convênio, as **PARTES** envidarão todos os esforços para buscar uma solução consensual. Caso não seja possível, indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

E como prova de conformidade e aceitação, as PARTES assinam este termo em duas vias de cada versão, em espanhol e em português, de igual conteúdo e efeito único.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	**UNIVERSIDADE NACIONAL DE AGRARIA LA MOLINA**
THAIS MARIA FERREIRA DE SOUZA VIEIRA:18774934813 Assinado de forma digital por THAIS MARIA FERREIRA DE SOUZA VIEIRA:18774934813 Dados: 2025.03.21 08:14:07 -03'00'	Firmado digitalmente por: GUEVARA PEREZ Americo FAU 20147897406 soft Motivo: En señal de conformidad Fecha: 26/05/2025 11:26:07-0500
Thais Maria Ferreira de Souza Vieira **Diretora**	**Dr. Américo Guevara Pérez** **Reitor**
Data: _____/_____/_____	**Data: _____/_____/_____**

ESALQ
USP

UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA
LA MOLINA

CONVENIO ACADÉMICO PARA MOVILIDAD INTERNACIONAL

Convenio que celebran la UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por interés de Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Brasil), y la UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA (PERÚ), teniendo como objetivo la cooperación académica para el intercambio de estudiantes, docentes/investigadores y personal administrativo.

Por el presente convenio, por una parte la **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**, por interés de **Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ)**, con dirección en Av. Pádua Dias, 11, Piracicaba - SP, Brasil, representada por su directora, Prof. Thais Maria Ferreira de Souza Vieira, y por la otra parte, la **UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA (UNALM)**, con RUC N° 20147897406, con domicilio legal en la avenida La Molina s/n, distrito de La Molina, provincia y departamento de Lima, Perú; debidamente representada en este acto por su Rector, Dr. Américo Guevara Pérez, identificado con DNI N° 10538747, designado mediante Resolución Nº 001-2021-AU-UNALM de fecha 23 de febrero del 2021, tienen a bien suscribir el presente convenio, de acuerdo con las cláusulas y condiciones abajo:

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

El presente convenio tiene por objeto la cooperación académica en áreas de interés común a fin de promover el intercambio de docentes/investigadores, estudiantes de pregrado, estudiantes de posgrado y personal administrativo de las respectivas instituciones.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS Y FORMA DE LA COOPERACIÓN

Formas de cooperación en el intercambio de:

2.1. Docentes/investigadores:

2.1.1. Los docentes/investigadores visitantes participarán de conferencias, enseñanza y/o investigación. La duración de la estadía no deberá exceder un año académico (dos semestres).

2.1.2. El seguro de salud, de accidentes, de repatriación, entre otros, deberá gestionarlo el docente/investigador en el país de origen.

2.1.3. Los salarios los pagará la institución de origen, durante el tiempo que dure el intercambio. Para los docentes/investigadores de la **UNALM** se realizará de acuerdo a las disposiciones y reglamentos de la institución.

2.1.4. Los candidatos propuestos deberán cumplir los requisitos de la institución anfitriona para ser aceptados y recibir la conformidad de esta a través de una carta de aceptación.

2.1.5. El docente no se convierte en empleado de la institución anfitriona.

2.1.6. Todos los nombramientos y permisos que deban solicitar los docentes/investigadores de la **UNALM** se someterán a los trámites ordinarios existentes en la institución.

2.1.7. El intercambio de los docentes/investigadores de la **UNALM**, se evaluará cada caso en específico, siguiendo la normativa vigente, normas internas, sin perjuicio de las obligaciones académicas de los participantes.

2.2. Estudiantes de Pregrado y de Posgrado:

2.2.1. Los estudiantes serán indicados por su institución de origen con base en la excelencia académica. La aceptación quedará a cargo de la institución receptora.

2.2.2. Los estudiantes aceptados por la institución receptora serán considerados alumnos del programa de intercambio y estarán sujetos a todas las normas de la institución receptora, debiendo observar las mismas condiciones de los estudiantes regulares.

2.2.3. Los estudiantes participantes en el programa de intercambio deberán ser estimulados a desarrollar el conocimiento del idioma del país de la institución receptora, compatible con la actividad que será desarrollada.

2.2.4. Cada estudiante deberá seguir un programa desarrollado conjuntamente entre las dos instituciones.

2.2.5. La duración de la estadía no deberá exceder un año académico (dos semestres).

2.2.6. La coasesoría de tesis de pregrado y posgrado; siendo cada universidad, asesor de los tesistas de su propia casa de estudios y la contraparte como coasesor, deberán ser objeto de un documento específico que será firmado entre las **PARTES** interesadas.

2.2.7. Las instituciones determinarán, de común acuerdo, el número de estudiantes para intercambio.

2.2.8. El seguro de salud, de accidentes, de repatriación, entre otros, deberá gestionarlo el alumno en el país de origen, antes de su llegada a la institución receptora.

2.3. Personal administrativo:

2.3.1. Con el interés de estimular el intercambio de experiencias y conocimientos administrativos en áreas de interés común, las instituciones podrán indicar algún (os) personal administrativo para participar en el programa.

2.3.2. El seguro de salud de accidentes, de repatriación, entre otros, deberá gestionarlo el interesado en el país de origen.

2.3.3. Las actividades desarrolladas durante el período de intercambio deberán ser acorde con la actuación profesional en la institución de origen, el mismo que al término de la experiencia de intercambio realizará un informe que se les entregará a las instituciones receptoras y de origen; y a su vez deberá replicar lo aprendido. La suspensión del convenio deja sin efecto la experiencia de intercambio, además la entidad puede requerir el retorno del personal administrativo ya sea por situación de necesidad u otro motivo, no siendo necesario expresión de causa.

2.3.4. Los salarios los pagará la institución de origen. Para el personal administrativo de la **UNALM**, se realizará de acuerdo a las disposiciones y reglamentos de la institución.

2.3.5. El intercambio del personal administrativo de la **UNALM**, estará sujeta a la evaluación de cada caso en específico, siguiendo la normativa vigente y cumpliendo con los requisitos establecidos en el "Reglamento de Control de asistencia, puntualidad y permanencia de los servidores no docentes y obreros de la **UNALM**", así como sus modificatorias. Asimismo, el personal administrativo que podrá participar de este Convenio, será aquel vinculado a actividades de investigación, debido a que este tipo de intercambio deberá alinearse con las actividades propuestas en la cláusula primera del presente Convenio.

CLÁUSULA TERCERA – <u>SOPORTE FINANCIERO</u>

3.1. Los docentes participantes en el intercambio no pagarán tasas en la institución receptora. Los demás gastos (viajes, hospedaje, etc.) quedarán a cargo del interesado, que podrá buscar financiamiento con órganos externos.

3.2. Los estudiantes participantes en el intercambio deberán pagar las tasas académicas, cuando éstas existan, en su institución de origen. Los demás gastos (viaje, hospedaje, etc.) podrán ser financiados por órganos externos o quedarán a cargo del propio estudiante. La existencia del convenio no implica un compromiso de soporte financiero por cuenta de las instituciones.

3.3. En el caso de intercambio de personal administrativo, los gastos serán por cuenta de la institución de origen, siempre y cuando haya disponibilidad financiera para ello. Para el caso de la **UNALM**, las disposiciones aplicables seguirán lo establecido en el numeral 3.4.

3.4. Los docentes/investigadores, estudiantes de pregrado y de posgrado, y el personal

administrativo de la **UNALM**, que participen de un intercambio (movilidad, pasantía y/o estancias académicas, de investigación y permanencias que propicien el intercambio de experiencias) seguirán las exigencias de migratorias del país de la institución receptora. Asimismo, serán responsables de los costos asociados al intercambio producto del presente convenio (manutención, alojamiento, transporte, seguros, materiales, trámites administrativos entre otros).

CLÁUSULA CUARTA – OBLIGACIONES DE LAS PARTES

4.1. Las dos instituciones procurarán alcanzar reciprocidad en las actividades contempladas en este convenio.

4.2. Al final de la estadía del estudiante, la institución receptora enviará al órgano apropiado de la institución de origen un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, cuando sea el caso.

4.3. La institución de origen, de acuerdo a sus disposiciones y lineamientos internos, reconocerá los resultados académicos obtenidos por el estudiante en la institución receptora, con base en un programa de trabajo previamente acordado entre las dos instituciones y en sus créditos y/o carga horaria.

4.4. Las dos instituciones se comprometen a promover la integración de los estudiantes en la vida académica de la institución receptora.

4.5. La institución receptora deberá proveer las condiciones de investigación y el lugar apropiado para el trabajo del docente/investigador visitante, en la medida de sus posibilidades.

4.6. La institución receptora deberá ofrecer condiciones de trabajo para el desarrollo de las actividades del personal administrativo, en la medida de sus posibilidades.

4.7. Las **PARTES** quedan autorizados a suscribir convenios específicos, adendas y otros para el desarrollo de planes, proyectos y programas. El documento indicará la descripción y los objetivos de los planes, proyectos y programas a desarrollar precisando los órganos ejecutores, los recursos técnicos, financieros y humanos, los procedimientos y lineamientos generales para su ejecución, los plazos y las obligaciones de las **PARTES**, entre otros.

CLÁUSULA QUINTA – INEXISTENCIA DE RELACIÓN LABORAL

5.1. El presente convenio, no genera relación laboral alguna entre las **PARTES**, por lo que el personal docente, administrativos y/o estudiantes que las **PARTES** destinen para la ejecución y desarrollo de las actividades del convenio, conservarán su vínculo y relación laboral con la institución de la cual dependan.

5.2. En virtud de esta Cláusula, queda expresamente estipulado que este instrumento no vincula solidariamente a las instituciones comparecientes en todo lo derivado de sus relaciones y obligaciones laborales específicas.

CLÁUSULA SEXTA – COORDINACIÓN DEL CONVENIO

6.1. Para constituir la Coordinación técnica y administrativa del presente convenio es indicada por la **Esalq/USP**, Luciana Duque Silva, Departamento de Ciencias Forestales, y por la **UNALM**, el director de la Oficina de Gestión Interinstitucional (OGI) o quien este designe, correo: ogi@lamolina.edu.pe .

6.2. Le incumbirá a la referida Coordinación la búsqueda de soluciones y la remisión de las cuestiones académicas y administrativas que surjan durante la vigencia del presente convenio, así como la supervisión de las actividades.

CLÁUSULA SÉPTIMA – VIGENCIA

El presente convenio tendrá vigencia por un plazo de **cinco (05) años**, a partir de la fecha en que lo firmen los representantes de ambas **PARTES**, pudiendo renovarse de común acuerdo entre las **PARTES**, mediante comunicación escrita enviada a la otra parte, con tres (03) meses de anticipación a su vencimiento original o de alguna de sus prórrogas.

CLÁUSULA OCTAVA – DENUNCIA

El presente convenio podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las **PARTES**, mediante comunicación expresa, con una antecedencia mínima de 180 (ciento ochenta) días. En caso que haya pendencias, las **PARTES** definirán, mediante un Término de Cierre del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los trabajos y todas las demás pendencias, respetándose las actividades en curso.

CLÁUSULA NOVENA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente convenio, las **PARTES** realizarán sus mayores esfuerzos en la búsqueda de una solución consensual. No siendo posible, indicarán, de común acuerdo, a un tercero, persona física, para actuar como mediador.

Y en prueba de conformidad y aceptación, las **PARTES** firman el presente término en dos ejemplares de cada versión, en español y en portugués, de igual contenido y a un sólo efecto.

ESALQ

USP

UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA
LA MOLINA

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

THAIS MARIA FERREIRA DE SOUZA VIEIRA:18774934813

Assinado de forma digital por THAIS MARIA FERREIRA DE SOUZA VIEIRA:18774934813
Dados: 2025.03.21 08:25:56 -03'00'

Thais Maria Ferreira de Souza Vieira
Directora

Fecha: _____/_____/_____

UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA

Firmado digitalmente por: GUEVARA PEREZ Americo FAU 20147897406 soft
Motivo: En señal de conformidad
Fecha: 26/05/2025 11:26:25-0500

Dr. Américo Guevara Pérez
Rector

Fecha: _____/_____/_____